**UM PERSONAGEM NA *BELLE ÉPOQUE* RIBEIRÃO-
PRETANA: JOAQUIM MACEDO BITTENCOURT, ENTRE
AS REDES DA POLÍTICA E AS TRANSFORMAÇÕES
URBANAS NA CIDADE (1902-1920)**

*Rodrigo Ribeiro Paziani*¹.

RESUMO. Analisaremos as intervenções de Joaquim Macedo Bittencourt, médico, prefeito e importante membro da elite cafeeira, no espaço urbano de Ribeirão Preto, seus laços de intimidade com a política e o poder privado e os traços de modernidade e modernização da cidade durante a Primeira República.

Palavras-chave: história urbana; Ribeirão Preto; biografia; modernidade.

**A ONE PERSON IN THE *BELLE ÉPOQUE* RIBEIRÃO-
PRETANA: JOAQUIM MACEDO BITTENCOURT,
AMONG THE NETS OF POLITICS AND URBAN
TRANSFORMATIONS IN THE TOWN (1902-1920)**

ABSTRACT. Through Joaquim Macedo Bittencourt, physician, mayor and the important member of the coffee planting mens, will be analyse your interventions in urban space of the Ribeirão Preto, your privacy relations with the politics and personal power and the aspects of modernization in the town during the Republic First.

Key words: urban history; Ribeirão Preto; biography; modernity.

O turbilhão de mutações e experiências sofridas por várias capitais européias nos séculos XVIII e XIX correspondia aos efeitos e impasses da modernidade: de um lado, a industrialização, a urbanização e a ampliação das capacidades técnico-científicas; de outro, o crescimento demográfico, as crises urbanas e as desigualdades sociais. As contradições vividas pelas sociedades levavam suas elites a impor, cada vez mais, um processo amplo de reformas urbanas projetadas por homens dotados de um discurso “racional” e “técnico”. Embora marcados por uma proposta global e sistêmica, tais processos situavam-se nos quadros de uma

¹ Doutorando em História pela UNESP/Franca e bolsista FAPESP.

intervenção *parcial* e de acordo com suas *condições de possibilidade*. As reformas de Haussmann em Paris foram, nesse sentido, sintomáticas (SALGUEIRO, 1995).

A *fáustica* difusão dos pressupostos e imagens destas reformas atingiu a *terra brasílica* e suas principais urbes, como o Rio, São Paulo, Santos e Porto Alegre. A elite intelectual brasileira, formada por médicos, engenheiros e advogados, fomentou uma série de intervenções urbanas na segunda metade do século XIX e por toda a Primeira República. A respeito das capitais, a historiografia brasileira se encontra bem representada (LANNA, 1996; SEVCENKO, 1998; PESAVENTO, 1999; COSTA & SCHWARCZ, 2000).

Acontece que durante a Primeira República (e mesmo antes dela) o Interior Paulista experimentou, de uma maneira ímpar, o bafejo da modernidade urbana. A dispersão de suas sementes pelas terras ricas e fundantes das cidades cafeeiras (Ribeirão Preto, Franca, São Carlos, Batatais, entre outras), tal como afirma o historiador José Evaldo de Mello Doin, foi ungida pela indelével marca da ambigüidade (DOIN, 1998, p. 54-57).

O caráter *sui generis* dessa urbanização nos remete a uma diferenciação cultural desse processo global. Diferentemente das intervenções promovidas nas principais metrópoles européias - mais violentas e excludentes, porque multisseculares -, na cidade de Ribeirão Preto, cenário deste artigo, elas ocorreram na torrente da riqueza cafeeira e concomitante movimentação de homens (antigos proprietários, profissionais liberais e principalmente os imigrantes) que produziram uma sociedade calcada na relação ambígua da razão e da personalização, eis os nossos *emblemas* (STAROBINSKY, 1989)². Ou seja, a modernidade desejada pelos coronéis ribeirão-pretanos, apropriada dos ideais urbanos do século XIX, fundia-se ao caráter personalista e privado - fundado em laços íntimos de familiaridade e cordialidade (HOLANDA, 1995) - de seus empreendimentos públicos.

A garantia deste *status* esteve vinculada à indicação de homens letrados, dotados de um discurso competente e elaboradores de projetos de saneamento, higiene e embelezamento da cidade.

² Os emblemas revolucionários empunhados pela burguesia na França do século XVIII não conseguiram explicar a complexidade do mundo e as diversas nuances da realidade humana: por este motivo, a “razão” iluminista foi representada por artistas como Goya pelo jogo luz/sombra. Nele, a “razão” é confusa e bárbara.

Na administração de Ribeirão Preto (1911-1920), o médico baiano Joaquim Macedo Bittencourt (1862-1927) implementou na cidade um projeto de intervenções urbanas de caráter *parcial*, mas integrado num conjunto sistêmico de outros projetos com origens nas décadas de 1880 e 1890, momento em que se definia o traçado da cidade. Com a introdução de novos elementos, trazidos pela elite cafeeira, como as primeiras redes de água (1898), luz (1899) e esgotos (1900), o Cassino *Eldorado* (1894), o Teatro *Carlos Gomes* (1897), além da Santa Casa, do Hospital do Isolamento e do Ginásio do Estado – instituições sociais criadas e geridas pela coronelada – formava-se o cenário em que Bittencourt atuava como prefeito.

A posição de destaque nas campanhas de erradicação da febre amarela no município entre 1902 e 1905 - que lhe conferiu prestígio no interior da elite, os laços políticos que teceu junto ao chefe do PRP, o Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira e sua “família” (incluindo Washington Luís, prefeito e presidente do Estado) e ao comando do poder público – o qual pertencia à maioria da Câmara - sustentaram suas ações no espaço urbano.

Sua presença em eventos o promoveu à categoria de administrador letrado e dotado de saber científico, regras básicas para uma respeitabilidade adquirida no interior da *boa* sociedade. Em 1912, por exemplo, Macedo Bittencourt fora escolhido para paraninfo da 1ª Turma de Bacharéis em "Ciências e Letras" do famoso Ginásio do Estado, instituição na qual ministrava aulas como lente de francês.

Na condição de prefeito, Bittencourt promoveu um progresso urbano na cidade, ou melhor, na sua área central: desenvolveu a canalização e embelezamento da Avenida Jerônimo Gonçalves (1913-18); estabeleceu o prolongamento e macadamização da Avenida da Saudade (1911) - avenida esta que rasgava o bairro Campos Elíseos ao centro - e construiu sua maior obra pública do período, o Palácio *Rio Branco* (1917), sede da Câmara e da Prefeitura Municipal. Parte integrante de um amplo projeto de intervenções no quadro urbano da cidade, Bittencourt realizou ainda a macadamização e a arborização da Avenida Francisco Junqueira (além da canalização do seu córrego) nos anos 1910.

O poder dos coronéis exprimia-se na necessidade de ampliar e embelezar as esferas da circulação e comunicação das pessoas, mercadorias e informações na cidade. A construção da Avenida da Saudade e de ruas retas, calçadas e sarjetadas no centro representava a tônica da cidade “cartão-postal”, mas evidenciava também a emergência da cidade “aberta” (PESAVENTO, op. cit., p. 58).

Com objetivo semelhante ao adotado pelo Conselheiro Antônio Prado, prefeito de São Paulo de 1899 a 1911 – que era "*transformar São Paulo numa cidade moderna e civilizada*" (PORTO, 1992, p.97) – Macedo Bittencourt foi retratado como um elemento vital para o desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto no início do século XX:

(...) foi durante a gestão do Dr. Macedo, no governo da cidade, que tiveram início o calçamento da cidade à paralelepípedos, sendo calçados a rua S. José e a grande Avenida Saudade que fora inteiramente calçadas até a Necrópole (...) Além desses melhoramentos, o Dr. Macedo fez outros benefícios locais, como sejam: as pontes que circundam a cidade e outros melhoramentos, de acordo com o progresso que a localidade em seu contínuo dinamismo apresentava naquela época e que a colocou na vanguarda das outras urbes paulistas. (PRATES, 1956, p. 130)

Além disso, criou instituições públicas – o Corpo de Bombeiros (1912) e o Posto Zootécnico (1915), e dirigiu outras, como o Círculo Operário (1913), a Sociedade de Medicina e Cirurgia (1919) e o Ginásio do Estado (1921). Concedeu ainda isenção de impostos para empresas privadas, como as Companhias *Antártica* (1911) e *Paulista* (1914), com o fito de expandir indústrias e um significativo mercado de trabalho e de consumo internos. A criação de escolas rurais, subvencionadas pela prefeitura, e a construção de colégios públicos e privados nas áreas centrais da cidade também nortearam o projeto de Bittencourt na prefeitura.

Unindo sua figura *fáustica* – a daquele que concebe e dirige o domínio público (BERMAN, 1997) - e os diversos papéis exercidos na cidade (médico, professor, prefeito,...) – ou sua *persona* (MAUSS, 1974)³ -, ele construiu para si a imagem de homem benemérito e empreendedor.

Macedo Bittencourt “encarnava” um projeto de urbanização ambivalente, onde o poder público - representado pela Câmara Municipal – nascia como esfera do poder privado dos homens “públicos” da cidade (DOIN, 2001; ARENDT, 1993; HABERMAS, 1961) – entre eles, os coronéis Francisco da Cunha Diniz Junqueira (conhecido por “Quinzinho”) e Francisco Schmidt (um dos *reis do café*), os doutores João

³ Como afirmou Mauss: “(...) a palavra *persona*, personagem artificial, máscara e papel de comédia e tragédia, da trapaça e da hipocrisia (...) Mas o caráter pessoal do direito estava estabelecido, e **persona** tornou-se também sinônimo da verdadeira natureza do indivíduo” (P. 231).

Alves Meira Júnior e João Pedro da Veiga Miranda (vereadores durante anos) e o empresário do entretenimento François Cassoulet (proprietário de vários cinematógrafos e arrendatário de cassinos e teatros).

Desde os tempos em que ocupou o cargo de Delegado da Higiene Municipal - indicado pela Câmara em 1904-05 - Macedo Bittencourt demonstrava a importância do discurso científico na urbanização da cidade e as incertezas quanto ao seu uso na realidade da época (BITTENCOURT, 1983, p. 39). Mesmo assim, durante sua administração, um constante combate ao estado precários de higiene e saneamento na cidade, além dos necessários embelezamentos, vinculavam-se à perpetuação de uma mítica alimentada no país: Ribeirão Preto, a *Petit Paris*.

A partir da invasão ferroviária na região pela Companhia Mojiana, as experiências urbanas sofridas pela cidade e a condição febril em que ela foi ocupada – possibilitadas pela saga de uma elite nada rural – fomentaram a construção de uma sociedade intimamente atraída pelos gostos e desgostos da cultura européia (modas, lojas, teatros, cinematógrafos e, é claro, o imaginário urbanístico), a qual procurava respirar ares “metropolitanos”. Daí a designação de *Petit Paris* (DIÁRIO DA MANHÃ, 1909)⁴.

A relação de Bittencourt com a imagem *fáustica* situava-se no âmbito de um processo amplo e desejado de desenvolvimento material e espiritual, criador e destruidor de experiências e valores humanos. O que significava a modernização ribeirão-pretana e seu espectro maior, a modernidade, senão uma necessidade histórica da elite cafeeira da cidade de consolidar seu caráter civilizador e cosmopolita? Importava, antes de tudo, urbanizar e desenvolver Ribeirão Preto à imagem e semelhança de seus ricos proprietários.

Nas terras do café, o “arcaico” era munido de muitas facetas e ocultava-se astutamente nas saias da legalidade: a violência, a fraude, a nomeação, os interesses privados e o prestígio político eram subtraídos pelo discurso competente dos administradores, pela defesa da “coisa pública” e pelo espírito “nobre” dos coronéis.

Nos relatórios oficiais de prefeito, por exemplo, a escrita (e o poder que dela emanava) nem sempre respeitava a suposta distinção entre público e privado. Era o “moderno” conduzido pela força do “arcaico”...

⁴ No periódico constava o seguinte comentário de um visitante à cidade: "Benedictus qui venit... !: Ribeirão Preto, a cidade mágica, a perla d'Oeste Paulista, a **petit Paris**, como a cognominam os viajantes da zona Mogiana (...)".

Um trecho do relatório apresentado à Câmara por Macedo Bittencourt (RELATÓRIO DE PREFEITOS, 1920) ilustra o terreno movediço em que se modernizava a cidade:

(...) Assim, tendo de dirigir-me todos os anos aos mesmos vereadores que, pela assiduidade e interesse que davam ao exercício de seus cargos, conheciam perfeitamente os menores detalhes da administração municipal, e tendo os municípios conhecimento de todos os atos que praticávamos, não se me afigura tão imperiosa a obrigação de publicar as exposições por mim dirigidas à Câmara sobre o andamento dos negócios públicos.

Hoje, porém, que, terminado o nosso mandato, vamos entregar o município aos dignos e prestantes cidadãos que, na última eleição, receberam a incumbência de dirigi-lo, não quero, nem posso, furtar-me ao dever de mencionar neste relatório, para ser dado à publicidade, tudo o que fizestes em seu proveito, pelo seu progresso e pela sua prosperidade, durante os nove anos em que vos estiveram confiados os seus destinos. Faço-o sem qualquer constrangimento porque, compreendendo bem o espírito da lei que criou dentro das Câmaras o cargo de Prefeito, sempre me considereei, ao exercê-lo, um mero executor das vossas deliberações e daí a sincera convicção, que nunca deixei de ter, de ser bem pequena a minha parte em tudo o que se fez de útil e de proveitoso a esta terra boa que vivemos.

Foi através da construção de obras públicas e da melhoria dos serviços urbanos que o poder encenava a tão desejada *Belle Époque*... A necessidade de se erigir um prédio à altura da condição que o município atingia no Estado foi satisfeita pela edificação do Palácio Rio Branco (sede da Câmara Municipal e atual Prefeitura) em maio de 1917, durante a administração de Joaquim Macedo Bittencourt.

Com fortes ressonâncias do ecletismo francês – tanto no aspecto funcional quanto no aspecto da arquitetura propriamente dita - era uma curiosa apropriação do *Hotel-de-ville*, antiga prefeitura de Paris:

A casa do Povo - como em Paris, 'La Cité', eis aí o Paço Rio Branco, que foi sede da Câmara Municipal e sempre Prefeitura Municipal. Construído em 1917, pelo engenheiro Dr. Antônio Soares Romeu no estilo da época quando predominava a influência francesa, é tipicamente parisiense (...) O estilo de sua fachada é uma transição do barroco para o moderno, foi inspirado nas fachadas do Mirie e Meullie-sur-Seinne e do Hotel-de-Ville de Suresne. (CIONE, 1993, p.222-406)

A obra difundia o cosmopolitismo e a pujança da elite ribeirão-pretana – que viajava a negócios pela capital ou a passeio pela Europa, bem distante do estigma de *caipiras*. Para homens como Schmidt, Junqueira, Bittencourt ou Martinho Prado Jr., ser *caipira* era igual ao *sertão*: sempre se localizava em rincões adiante...

Com relação aos serviços urbanos municipais – a higiene pública e privada, o saneamento básico e a implementação de equipamentos urbanos (calçamento, iluminação, retificação de ruas, construções e demolições) – Macedo Bittencourt traduzia o anseio da sociedade ribeirão-pretana em ver-se livre de hábitos “incivilizados” e “perigosos”.

Munido dos Códigos de Posturas, o prefeito tentou eliminar das ruas e das habitações - tal como Pereira Passos nas reformas do Rio de Janeiro (1903-06) - elementos ou comportamentos “inconvenientes”: fossem vendedores ambulantes ou fixos, fossem animais soltos e sem proprietários pelas ruas, fossem as casas destituídas de princípios higiênicos, fossem ainda os bêbados, gatunos e malandros que, respectivamente, freqüentavam os botequins, invadiam e roubavam residências e viviam nos becos escuros da cidade, todos representavam sinais do “atraso” que rondava a “progressista” Ribeirão Preto.

Exemplo: em dezembro de 1914, a Câmara aprovou e Bittencourt pôs em execução a Lei n.º 219, que proibia o estacionamento de engraxates com cadeira em ruas e praças da cidade (CÓDIGO DE POSTURAS, 1932, p. 85)⁵.

O processo civilizador imposto aos habitantes pelas mãos “oficiosas” dos administradores materializava-se nos métodos “científicos” da vacinação e nas constantes presenças de fiscais em casas

⁵ “O Doutor Joaquim Macedo Bittencourt, Prefeito Municipal de Ribeirão Preto, na forma de lei, etc. Art. 1º - Fica proibida desde 1º de janeiro de 1915 em diante a permanência de engraxates com cadeiras em ruas ou praças da cidade. Parágrafo Único – Continua permitida a licença de engraxates ambulantes. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Ribeirão Preto, 26 de dezembro de 1914. O Prefeito Municipal. Dr. J. Macedo Bittencourt”.

e estabelecimentos comerciais. A tônica dessas erradicações remete-nos a um contexto global, presente no Rio durante o Segundo Reinado, com as intervenções médicas contra a varíola e a febre amarela, as quais se tornaram rotineiras com a demolição parcial de cortiços e no combate às epidemias (CHALHOUB, 1996).

Na Delegacia de Higiene, Bittencourt efetuou inúmeras visitas a quintais de habitações e interiores de estabelecimentos comerciais. Desde o início do século XX, as autoridades municipais intensificaram a presença e o número de indivíduos responsáveis pela fiscalização e multa aos moradores da cidade. O serviço de higiene, coordenado por Bittencourt, surgia todos os dias nas páginas dos jornais e enfatizava a quantidade de casas visitadas e pessoas vacinadas. O controle ante o “mal” não escapava sequer ao mercado municipal: *“Mercado’: Foi, ontem, visitado o mercado municipal pelo Sr. Dr. Delegado de Higiene, acompanhado do fiscal Jarbas Vieira. Foram feitas algumas intimações a inquilinos”* (A CIDADE, 1905).

As habitações também se transformavam em alvos prediletos das reformas urbanas a partir da segunda metade do século XIX (FILHO, 1978; LEMOS, 1999). Os riscos de uma nova epidemia, somados aos padrões estéticos das posturas referentes às construções e condições “racionais” de moradia, suscitavam nas autoridades municipais uma investida perene nas habitações localizadas no centro e arrabaldes. As intimações eram freqüentes.

Essa conjuntura, de âmbito nacional, era filha de uma mudança no cenário urbano. Em 1912, Macedo Bittencourt enfrentava o aumento da população na cidade (ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO, 1913, p. 20). De acordo com os dados demográficos, Ribeirão Preto possuía em sua região uma população de 60.000 habitantes (60% campo e 40% cidade), com uma maioria considerável de imigrantes italianos (quase a metade da população). Daí o aumento de construções e conseqüente expansão dos imóveis e do perímetro urbano. Daí também as dificuldades das autoridades municipais em “sistematizar” a criação de um padrão de habitação.

Aquela concepção burguesa do século XIX, segundo a qual o espaço privado (o lar) conservaria o “modelo” de vida decente e moralmente exemplar (HOBSBAWN, 1977, p. 241-242), não se firmou entre as elites brasileiras: uma sociedade que “teatralizava” vícios desde

os tempos coloniais, apenas alcançaria tal patamar “civilizador” caso lhe fosse cobrado o ônus do atraso, violenta e barbaramente, pelo uso da força (copiosamente camuflada nas entrelinhas das leis e posturas). O uso desta confundia-se com o próprio funcionamento da esfera política e a sustentabilidade da valorização cafeeira; concebido como domínio privado, o Estado jamais poderia fomentar entre nós a consolidação dos princípios universais da ética e da democracia. Muito menos na remodelação de nossas urbes (DOIN, op. cit., p. 217).

Se a arquitetura externa das casas permanecia ao “gosto” do proprietário, o mesmo não sucedia com relação às regras de edificação/reforma interna das habitações coletivas. O perigo dos cortiços e demais habitações “insalubres”, focos de doenças e acúmulo de detritos orgânicos, poderiam criar futuros sinistros para Ribeirão Preto... Desse modo, as tentativas da prefeitura em controlar o projeto e a execução das obras públicas/particulares, bem como os materiais exigidos pelas posturas – por intermédio do “supervisionamento” do engenheiro responsável – visavam impor à cidade (que entrava em franca expansão imobiliária) e aos seus moradores os critérios de bem-estar e bons costumes.

No relatório de 1920, Bittencourt mencionou este “progresso”:

(...) Assim, sob a direção deste ilustrado profissional (Dr. Antônio Soares Romeu, o engenheiro municipal) tendo como seu auxiliar o Cap. Jarbas Vieira de Souza, diligente e honesto funcionário que tão bons serviços tem prestado ao município, ficou organizada em 1912 a repartição de obras, que tem a seu cargo não só elaborar os projetos e plantas e dirigir as obras públicas municipais, como também fiscalizar as obras particulares. É patente a modificação que tiveram de então para cá as construções urbanas; o exame de todos os projetos, que só eram postos em execução depois de aprovados, a exigência de materiais de boa qualidade, a severa fiscalização para que as plantas não fossem alteradas, e as multas rigorosamente impostas aos que se furtaram à observância das prescrições legais fizeram com que as novas habitações de Ribeirão Preto ofereçam agora muito melhores condições de solidez, de higiene e de conforto (...) (RELATÓRIO..., op. cit.)

A sociedade forjada nessa volúpia de modernização também cobrava das autoridades as benesses urbanas, e no caso das edificações, mesmo à custa de intimações e multas da prefeitura. Foi o caso de Remígio Borozzi, morador na Rua (hoje Avenida) Jerônimo Golçalves, no

número 46, que, segundo a Inspeção Sanitária, fora intimado em 09 de julho de 1918, a realizar os seguintes serviços em sua obra:

Eliminação completa do porão por aterro ou a adoção de meios que assegurem a perfeita iluminação e aeração, a juízo desta Delegacia; b) Substituição dos soalhos por ladrilhos em todos os cômodos, só sendo admitidos soalhos nos aposentos de dormir; c) O preparo conveniente da latrina; d) A limpeza geral, a caiação e pintura; sob as penas da lei.

Dois dias depois, em um requerimento enviado ao prefeito Bittencourt, Borozzi argumentou: “O abaixo assinado, vem mui respeitosamente requerer de Va. Sa. a devida licença para executar as obras exigidas no prédio nº 46 da Rua Jerônimo Gonçalves, de acordo com a nota junto da Comissão Sanitária. Nestes termos, pede deferimento”. O que resultou no deferimento do pedido (REQUERIMENTOS, 1918).

A imagem “ruralizada” de animais circulando livremente pelas ruas, a presença “desconfortável” de vendedores e engraxates pelo passeio recém-calçado, edificações sem critérios “racionais” e outras cenas “bárbaras” incomodavam os dândis de plantão e, não menos, os barbaças da municipalidade que, familiarizados com o manuseio raramente imparcial da lei, procuravam coibir outras “faces” da cidade:

‘Câmara Municipal’: ‘Tendo sido apreendido pelo fiscal Severiano de Moraes Velho em Santa Cruz do José Jacques (arrabalde da cidade) umas quinquilharias que um mascate turco as mercava sem estar empossado da necessária licença e não tendo o mesmo até essa data procurado procurado (sic) essas mercadorias, de ordem do Sr. Dr. Prefeito Municipal faço ciente que serão as mesmas levadas em leilão no dia 27 do corrente às 15 horas para pagamento de multa e mais despesas, de acordo com o Código de Posturas (...) (A CIDADE, 1915)

A ação fiscalista implantada por Bittencourt, a partir de 1911, pretendia afastar os vestígios dos mascates e outros pequenos comerciantes ambulantes pelo centro – espectros de um “passado” – já que o desenvolvimento comercial e industrial na cidade era divulgado incessantemente pelos jornais e almanaques como elementos inegáveis dos “novos” tempos.

Não obstante, não eram apenas eles que alimentavam o sonho urbano do *país do café*. Para Martinho Botelho, membro da elite cafeeira,

as imagens da cidade pareciam consolidar os projetos elitistas de urbanização e modernização de Ribeirão Preto e causar, aos *olhos* do mundo, os “progressos” do Interior Paulista. Simultaneamente, contribuía para criar uma paisagem *fantasmagórica* da cidade:

Cortadas de belas ruas e largas avenidas, calçadas e betumadas, bordados de construções particulares e estabelecimentos de comércio fortemente iluminada à eletricidade e com abundante serviço de água potável, Ribeirão Preto é um grande centro urbano, beneficiando de todo o confortável material de vida, e de todos os prazeres da civilização moderna (...). O comércio tem um desenvolvimento completo e supre a vida social com todas as exigências do viver moderno (...) os teatros, os cinemas, os concertos públicos, as brasseries e os restaurantes, contentam os prazeres da vida noturna do movimentado capital do Oeste Paulista (...) (BRAZIL MAGAZINE, 1911, p. 30-31)

Para continuar a materializar aqueles “prazeres” e o “viver moderno” na cidade, as autoridades municipais promoviam o desenvolvimento de novos espaços urbanos. Sustentados pelo café, Macedo Bittencourt, Cel. Francisco Schmidt e o Dr. João Alves Meira Jr. – respectivamente, o prefeito e os presidentes da Câmara no período abordado – puderam investir em materiais e equipamentos técnicos.

Os jornais locais anunciavam diariamente a ação da municipalidade. Espaços de poder, eles serviam como instrumentos da “ordem” e do “progresso” que a elite ribeirão-pretana almejava impor sobre qualquer indício de “atraso”. Mas, no início do século XX, esse fenômeno se difundiu visceralmente pela sociedade: eram propagandas de automóveis, de produtos de beleza, modismos, lojas, diversões, tragédias, política e, é claro, as atividades e as obras da prefeitura e da Câmara. Um bom exemplo disso eram os constantes informes sobre o estado do calçamento:

‘Melhoramentos da cidade’: O sr. dr. Macedo Bittencourt, prefeito municipal, mandou prolongar o calçamento a paralelepípedos da rua General Osório no trecho compreendido entre as ruas Tibiriçá e Visconde de Inhaúma.

Os trabalhos foram iniciados ontem. (A CIDADE, 1919)

O crescimento demográfico e a expansão imobiliária, sintomas de “progresso” e “civilização”, poderiam assumir, de forma ambígua, a face “bárbara” do processo urbano, expondo a nu os nem sempre eficientes

serviços públicos. Ou seja, não foram apenas os *ideais* e as experiências da elite (NEEDELL, 1993) que sobrepujaram na cidade.

Ao mesmo tempo, é imprescindível deixar claro que a *modernidade* nascida em solos interioranos não era diretamente distribuída para todos os habitantes da cidade. Havia nesse processo um véu de exclusão social que ficava latente na ocupação dos bairros distantes do centro pelos pobres urbanos. Este véu, camuflado no caráter benemerente dos coronéis, não impediu a aparição e as investidas dos ‘populares’ contra a esfera pública de poder.

Nela, outros atores e experiências iam e vinham na medida exata das oportunidades de trabalho e riqueza que emanava da mítica terra roxa. A população, imigrante e migrante (já que Ribeirão Preto era uma zona de alta movimentação de homens), ocupava diversas profissões e estabelecimentos na cidade e reclamava para si os benefícios desejados pela elite cafeeira: “*Representação dos moradores de Vila Tibério à Avenida Luiz da Cunha, no trecho compreendido entre as ruas Conselheiro Saraiva e Barão de Cotegipe, pedindo iluminação pública*” ou mesmo criticava medidas abusivas adotadas pela municipalidade: “*Requerimentos de diversos negociantes ambulantes pedindo redução de impostos de seu comércio (...) o parecer foi por ele unanimemente aprovado*” (ATAS DA CÂMARA, 1912/1917).

Nos periódicos, o tom crítico e irônico acentuava-se e expressava até uma certa negligência e descaso das autoridades diante das mazelas vividas pela maioria dos habitantes. Eram as conhecidas e constantes “queixas do povo”:

‘Uma medida urgente’: ‘Escrevem-nos’:

Exmos. Srs. drs. Redatores do ‘Diário da Manhã’:

Muito gratos vos ficaremos se essa benemérita folha chamasse a esclarecida atenção do distinto doutor prefeito municipal para o perigo que está correndo grande parte do próspero e futuroso bairro do Barracão, com a já cognominada ‘represa da morte’ que é a longa e profunda vala cheia de água estagnada, lodosa e pútrida que se estende ao longo da antiga usina da Empresa de Luz, nos terrenos do Sr. Pedro Geraldo. Essa represa, que exala um mau cheiro terrível, já tem ceifado algumas vidas preciosas de pobres operários e levado o impudismo, com a sua negra corte, em grande parte do Barracão. Além disso, srs. redatores, o cano mestre de esgoto que é sempre fechado em frente à antiga usina, é em aberto (sic), indo os detritos dessa parte até o rio em cano aberto fazendo ‘pendent’ com a horrível fedentina da represa.

Só se vendo, srs. redatores, é um horror! Urge que a digna prefeitura que com aplausos gerais cuida do embelezamento da cidade, ornando-a com suntuosos jardins, protegendo a burguesia dos incêndios, cuide também da sorte dos pobres suburbanos, protegendo contra as epidemias e a inevitável morte. O sr. dr. Prefeito que é um médico notável e homem de coração generoso, se se der ao trabalho de ir até a antiga usina, estamos certos, voltará horrorizado e mandará incontinenti sanear aquele infeliz recanto da cidade.

Aqui fica o nosso apelo, srs. redatores. Ide ou mande algum até lá e então vereis o quanto é justo o nosso reclamo.

Moradores do Barracão. (DIÁRIO DA MANHÃ, 1914)

Esses documentos demonstram a participação da população no processo de modernização da cidade, muitas vezes exigindo do poder público - personificado na figura do prefeito Macedo Bittencourt - uma moderna e eficaz intervenção nos espaços urbanos, como calçamento de ruas e praças, sistemas de água e esgotos, além da mencionada iluminação pública. *Fausto* pagava um alto preço ao se unir a *Mefisto*...

Destacarei um caso. Entre os anos de 1911 e 1912, Ribeirão Preto atravessou uma grave crise de abastecimento de água, que se iniciara desde que a primeira rede fora instalada no município, em 1898. Longo período de estiagem causara escassez no principal reservatório d'água (o reservatório *Schmidt*: propriedade, talvez, do próprio coronel?). A partir de 1909, as críticas e conselhos de anônimos intensificaram-se e revelavam a vontade da população de se envolver e integrar-se à tão sonhada modernidade.

Intitulado *A Questão das Águas*, o problema tornou-se patente em fevereiro de 1911- início da administração de Macedo Bittencourt - graças às diversas queixas de moradores de *Vila Tibério* relativas ao abastecimento. Eles reivindicavam ao poder público as devidas providências, entre elas, a construção de um novo sistema de captação d'água. Ao atingir outras zonas deficitárias, como os bairros do *Barracão* e *República*, as autoridades se viram forçadas a promover um exame "científico" dos mananciais que cortavam o município: o rio *Pardo* e os córregos *Retiro* e *Ribeirão Preto*. As matérias na imprensa eram bastante contundentes, notadamente quanto ao uso das águas do primeiro e a relevância de obras como o recém-inaugurado Corpo de Bombeiros.

Liderados pelo prefeito Bittencourt e João Quevedo (engenheiro da Empresa de Água e Esgotos de Ribeirão Preto) – e assessorados por dois ilustres engenheiros-sanitaristas da época, os doutores Saturnino de

Brito (engenheiro-chefe das reformas em Santos, São Paulo e Recife) e Artur Motta (diretor da Repartição de Águas do Estado de São Paulo) - o projeto abarcava analisar a qualidade e as formas de captação as águas do rio *Pardo* para abastecer os bairros⁶.

Somava-se a isso o descrédito da população com a eficiência da rede de água: ao retornarem da visita ao manancial e chegarem à segunda estação elevatória – localizada no distante bairro do *Tanquinho* -, Bittencourt, Quevedo e Saturnino de Brito penetraram no quintal de uma casa na Rua Saldanha Marinho, centro da cidade. Ali existia uma torneira servida pelas águas do *Pardo*. Após recolherem amostras daquele servidor, eles cruzaram com uma mulher que lavava peças de roupa junto à torneira, a qual,

(...) julgando que os visitantes quisessem beber água, ofereceu-se para trazer da água que tinham em casa ‘pois d’aquela do encanamento não se bebia’.

- Porque? – perguntamos.

- Porque dá maleitas. Nós bebemos água da cisterna (...) (DIÁRIO DA MANHÃ, 1912)

A solução encontrada pelo prefeito foi adotar o uso de filtros de areia (*Puech-Chabal*), indicação de Artur Motta, e modernizar a canalização das águas do rio *Pardo*. A partir desta crise, iniciou-se na cidade um sistema mais “racional” de fornecimento: a introdução do hidrômetro.

A instalação desse equipamento em importantes centros urbanos do país nos primeiros anos do século XX – por exemplo, em Belo Horizonte, jovem capital de Minas (à época), por volta de 1907 (ROSA, 1997) – possibilitou tanto uma modernização dos instrumentos técnicos utilizados até então no tecido urbano (torneiras públicas) quanto um melhor aproveitamento das águas do manancial. Representou também um acréscimo nas taxas cobradas pela Câmara (a velha fórmula de sanar dívidas ativas do município) e uma tentativa de acentuar o controle sobre a vida privada dos moradores:

‘Exmo. Sr. Dr. Prefeito Municipal.

⁶ O assunto foi tratado pelos vereadores na reunião de 16/02/1912.

O abaixo assinado proprietário e morador nesta cidade de Ribeirão Preto, querendo construir um prédio na rua Duque de Caxias, entre a rua Jose Bonifácio e Avenida Jerônimo Gonçalves e de conformidade com a planta que apresenta a V^a. Ex^a. vem pedir-lhe haja de conceder o respectivo alvará de licença.

Ribeirão Preto, 12 de maio de 1914.

Vicente Vigário (...)

‘(...) Como requer, empregando na construção os materiais exigidos pelo código de posturas e colocando no prédio um hidrômetro ‘Frager’. R. Preto, 12-5-1914.

O Prefeito.

Joaquim Macedo Bittencourt (...)’ (REQUERIMENTOS E PEDIDOS DE PLANTAS APROVADAS, 1914)

Apesar disso, as deficiências ainda eram sensíveis. Em entrevista ao jornal *Diário da Manhã*, em 12 de outubro de 1913, Bittencourt afirmou ser a ausência de água (e a conseqüente poeira nas ruas e quintais) a questão mais difícil de se resolver. O calçamento (fosse ele realizado pelo uso do “macadame”, fosse pela introdução do paralelepípedo), a luz e os esgotos, entre outras questões urbanas, se transformaram em grandes dilemas para a prefeitura.

Duas “cidades” se comunicavam e davam o tom da urbanização: a *cidade-virtude* e a *cidade-vício* (SCHORSKE, 1989)⁷. De um lado, a “caça” aos cães e “vagabundos” continuava; os serviços sanitários e as reformas nas habitações, no mercado e matadouro municipais eram freqüentes nas páginas dos jornais; a implementação de novas obras - como calçamento e embelezamento de logradouros públicos - alimentava a máquina do “progresso”; os automóveis (e os inerentes acidentes) tornavam-se cada vez mais presentes no cotidiano da cidade; os incêndios eram apagados

⁷ Em artigo, Schorske identificou as tipologias de cidades com os desdobramentos da história do pensamento urbano dos séculos XVIII ao XX. Para ele, a *cidade-virtude* foi caracterizada pelo pensamento filosófico de Voltaire e econômico de Adam Smith como reino das liberdades, da arte e do comércio, ou seja, da livre atividade humana. No seu oposto, o autor cita o escritor William Blake e até Marx e Engels (esses dois menos contundentes) para quem, no século XIX, a cidade industrial e burguesa foi (des)qualificada de *cidade-vício*: reino das misérias sociais, da opressão ao trabalhador pobre e da racionalidade capitalista, ou seja, da ausência de liberdade. Mas, entre os séculos XIX e XX, a partir dos escritos de Baudelaire, Poe e Nietzsche, desenvolve-se a percepção de que as divisões estanques entre cidade viciada/cidade virtuosa (entre bem e mal) são insignificantes (senão inexistentes), pois o processo de metropolização imposto pela modernidade “desmancha no ar” - num ritmo cada vez mais veloz - categorias de pensamento, hábitos ditos “civilizados” e ações cotidianas. O homem moderno é, portanto, um ser ambíguo e caleidoscópico.

pelos bombeiros; o serviço de água e esgoto modernizava-se... Estas simbolizavam as *virtudes* da cidade.

De outro, os *vícios* que, longe de se oporem às *virtudes*, antes se amalgamavam a elas, encerrando uma modernidade em precoce estado de ambivalência:

‘O calçamento’: Escrevem-nos:

‘Sr. Redator – Interpretando a vontade dos moradores dos prédios que ficam nos quarteirões da rua S. Sebastião, entre as ruas S. João e Garibaldi (em seguida à ‘Casa de Saúde’), viemos hoje chamar a atenção dos poderes municipais, a fim de que o calçamento seja levado até aquele ponto, pois o trânsito ali é muito grande e os prédios que foram nesse local construídos são de arquitetura moderna. Além disso, existem outros pontos muito afastados e menos importantes que já gozam dessa regalia, como os altos da rua Liberdade, por exemplo, para não citar outros. Estamos certos que a justiça deste pedido reclamará uma pronta providência por parte do operoso dr. prefeito municipal, especialmente agora que está sendo calçado mais um quarteirão da rua Américo Brasiliense, que fica muito próximo do local referido. (A CIDADE, 1915)

De um ponto de vista panorâmico e difuso, pudemos desnudar os emblemas e os impasses das intervenções urbanas em Ribeirão Preto. A população crescia, e com ela, uma cidade de contornos cada vez menos rurais. O que não impediu uma convivência ambígua (mas nem sempre pacífica) com o velho e sempre renovado espectro da cordialidade, do favor e das escamoteadas negociatas: assim se modernizava o país.

Para homens como Joaquim Macedo Bittencourt, a concretização de novas obras e serviços públicos e as conseqüentes mudanças na paisagem urbana sempre estiveram atreladas aos seus interesses pessoais nos interstícios da política local.

Os avanços e crises do *coffee business*, bem como a conjuntura nacional da época, não apenas favoreceram a sua permanência no seio da elite ribeirão-pretana, mas também impulsionaram sua carreira administrativo-burocrática: em 1924, por indicação do então Presidente do Estado, o Dr. Washington Luís, Bittencourt foi nomeado para o ministério do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo⁸.

⁸ Numa carta de 29 de abril de 1924, D. Amélia Bittencourt – esposa de Macedo – agradeceu ao “compadre” Washington Luís pela nomeação e afirmou que tal cargo “(...) vai nos proporcionar mais tranqüilidade na velhice, mais conforto e mais coragem para terminar a educação de nossos filhos e encaminhá-los para a vida. O senhor não pode avaliar a minha satisfação quando recebi essa notícia e logo que aí chegar hei de agradecer pessoalmente essa reafirmação da sua velha e grande amizade (...)”.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. 6ª ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1993, 348p.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 14ª reimpressão. Trad. Carlos F. Moisés & Ana Maria L. Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 360p.
- BITTENCOURT, Edgar de Moura. *Joaquim Macedo Bittencourt, meu pai: Recordações da casa paterna*. São Paulo: Ed. Universitária de Direito, 1983, 119p.
- CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 190p.
- CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. 2ª ed. Ribeirão Preto: Ed. Legis Summa Ltda., 2º vol., 1993, 510p.
- COSTA, Ângela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 176p. (Coleção Virando Séculos, 6).
- DOIN, José Evaldo de Mello. A régua e o compasso nas terras do café: a *haussmanização* das cidades do interior paulista na República Velha. Uberlândia: *Anais do XI Encontro Regional de História*. "História e exclusão social", p. 54-57. Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes. ANPUH/MG, 27 a 31 de julho de 1998.
- _____. *Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930)*. Franca: Tese (livre docência em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, 2001, 2 vol., 732p.
- FILHO, Nestor Goulart Reis. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978, 211p.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, 397p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 220p.
- HOBSBAWN, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977, 343p.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos, 1870-1913*. São Paulo: Ed. Hucitec, Prefeitura Municipal de Santos, Secretaria da Cultura, 1996, 270p.

- LEMOS, Carlos. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999, 108p.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 383p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano, Paris-Rio de Janeiro-Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999, 393p.
- PORTO, Antônio Rodrigues. *História urbanística de São Paulo (1554-1988)*. São Paulo: Ed. Carthago & Forte, 1992, 189p.
- PRATES, Prisco da Cruz (org.). *Ribeirão Preto de outrora: livro comemorativo do centenário da cidade*. Ribeirão Preto: Gráfica Bandeirante, 1956, 191p.
- ROSA, Eleonora Santa. *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - os serviços de água e esgoto*. Belo Horizonte: Fundação Casa João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997, 314p.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. Revisando Haussmann: Os limites da comparação. O caso de Belo Horizonte. São Paulo: *Revista USP*, v. 26, 1995, p. 195-205.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil - República: da Belle Époque à era do rádio*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, v. 3, 1998, 724p.
- SCHORSKE, Carl E. A cidade segundo o pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. P. 47-57. In: *Imagens e representações da cidade*. São Paulo, *Espaço & Debates*, NERU, ano IX, nº 27, 1989, 111p.
- STAROBINSKI, Jean. *1789: Os emblemas da razão*. Trad. Maria Lúcia Machado, São Paulo: Companhia das letras, 1989, 206p.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

A Cidade. Ribeirão Preto, ano I, 1905.

Diário da Manhã. Ribeirão Preto, Ano XI, 1909.

____. Ano XIV, jan/jun 1912.

____. Ano XVI, jan/jun 1914.

Relatório apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920 pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt, prefeito municipal. Fundo: Prefeitura/Câmara Municipal; Grupo: Administração; Subgrupo: Relatórios de prefeitos.

Almanach Illustrado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, Sá, Manaia & Cia., 1913, 139p.

Diretoria do Serviço Sanitário. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Administração; Subgrupo: Requerimentos (1918).

Brazil Magazine: Le Pays du Café. Revista Illustrada d'Arte e Actualidades. Rio de Janeiro, ano V, nº 57, 1911, s.n.

Pedidos de aprovação de plantas. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Desenvolvimento rural e urbano; Subgrupo: Obras particulares, requerimentos e petições (1905-1920).

Código de Posturas da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: s.n., 1932.

Fundação Biblioteca Nacional

A Cidade. Ribeirão Preto, ano XI, jan/jun 1915.

____. ano XV, mai/ago 1919.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Atas da Câmara. Microfilmado, rolo 58-A, flash 06, nº 10, 1912/1917.